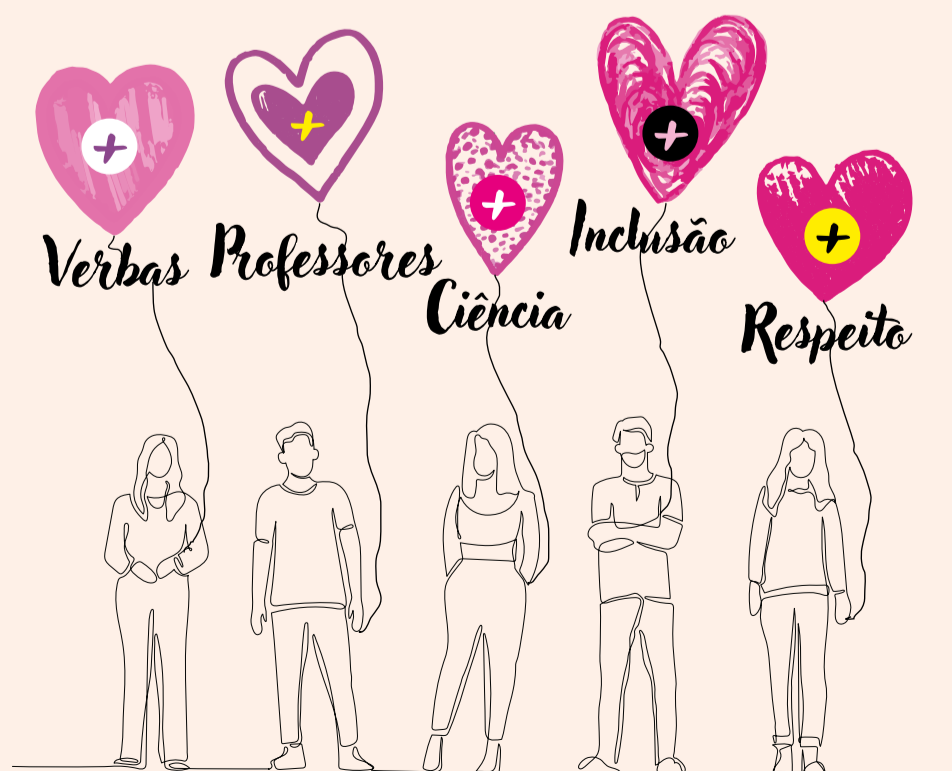


Não vai ter
GREVE
Vai ter
LUTA
Vem pro
ATO DO DIA 19



AdUFRJ prepara campanha em defesa da universidade

> Melhores condições de trabalho, mais verbas e melhores salários estão entre as pautas de ato público na sexta-feira, dia 19, no Centro do Rio. Sindicato convida professores, alunos e técnicos

> Professores elogiam primeiro roteiro cultural de 2024 organizado pela AdUFRJ, no Museu Histórico da Cidade

PASSEIO NOTA DEZ

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

A professora Any Bernstein partiu de Secretário, em Petrópolis, às 7h, para o Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, na Gávea, no último domingo (7). Chegou, com calma, antes das 10h. Aposentada pelo Instituto de Química, a docente não queria perder nenhum minuto de mais um passeio cultural organizado pela AdUFRJ. Foi o primeiro roteiro de 2024, após o sucesso do projeto iniciado ano passado.

“Vou contar uma coisa para você: valeu super a pena! Uma visita muito bem explicada, que coloca o Rio de Janeiro com todos os seus conflitos, sua cultura, seus prefeitos. Nota dez!”, elogiou Any, que atua no ensino à distância da UFRJ pelo Consórcio Cederj. “Encontrei um grupo bastante heterogêneo de professores e pudemos ter esta troca de saberes entre nós. Foi uma experiência muito rica num dia lindo”, completou.

Em pouco mais de duas horas, os docentes puderam se maravilhar com o belo acervo do palacete transformado em museu, no alto do Parque da Cidade. Pinturas, móveis de época, utensílios, maquetes, esculturas, estandartes e muitos outros objetos ajudam a contar as transformações do povoado fundado por Estácio de Sá, em 1565, até a metrópole dos dias atuais.

Tudo isso com o luxuoso apoio do historiador Douglas Liborio, que guiou o grupo de professores da UFRJ e seus acompanhantes pelos dois andares da unidade, reaberta em 2021 após dez anos fechada. “É uma felicidade ter o Museu Histórico da Cidade de volta para nós, caríacas. É um museu bastante peculiar no Rio de Janeiro, talvez no Brasil. Porque ele abriga parte da história do Rio de Janeiro que se confunde com três sécu-



FOTOS: ALESSANDRO COSTA



■ Guiados pelo historiador Douglas Liborio, professores e seus acompanhantes percorreram todas as salas do palacete e ganharam uma rica experiência sobre as transformações da cidade do Rio desde sua fundação, em 1565



los da história do Brasil: como colônia, como Império e como República”, afirma o doutorando em História Social na UFF.

Douglas elogia a iniciativa do sindicato de levar os professores para estes passeios culturais. “É uma atitude bastante importante da AdUFRJ consolidar essa proximidade dos nossos pesquisadores, dos nossos profissionais da Educação, com os espaços de memória da cidade. Esses espaços carecem muito de vida, de ocupação”, diz.

O efeito da atividade é multiplicador. Renata Bastos da Silva, professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, terminou o passeio pensando em como organizar uma visita ao lugar com seus alunos. Estudiosa da história da administração pública no Brasil, a docente elegeu a pintura referente à reforma constitucional de 1934 (sobre a Constituição de 1824) como sua peça preferida do catálogo. “Nós estamos comemorando os 200 anos da nossa primeira Carta. Acho importante termos este registro aqui”.

A professora se somou aos elogios dos colegas à visita promovida pela AdUFRJ. “É importante nos conhecermos fora do cotidiano acadêmico. É um momento de confraternização”.

“Como engenheiro, chamaram minha atenção as várias maquetes que mostram como foi a evolução da paisagem do Rio de Janeiro”, disse o professor José Paulo Azevedo, da Coppe e Escola Politécnica. “Acho excelente a iniciativa desses passeios da AdUFRJ. Participei da visita à Pedra do Sal e já sei que haverá outros. Fico muito satisfeito que não paramos por aqui”.

Não paramos mesmo. Neste sábado (13), haverá um novo roteiro histórico-cultural pelo bairro do Catete, incluindo o Museu da República. As inscrições se encerraram na data do fechamento desta edição. O período de inscrições para os passeios de maio e junho será divulgado perto da realização das atividades.



ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrj.org.br

Como parte da estratégia de mobilização para a campanha salarial unificada dos servidores federais e pela recomposição do orçamento da UFRJ, a AdUFRJ marcou para o próximo dia 19, às 10h, o ato “Eu amo a UFRJ”. A manifestação terá como foco a luta por mais verbas para a universidade, que vem enfrentando sérios problemas de estrutura em algumas de suas unidades, por melhores salários, condições dignas de trabalho e mais bolsas. O ato será nas escadarias da sede regional do Ministério da Fazenda, na Avenida Presidente Antônio Carlos, no Centro do Rio.

“O fato de termos rejeitado a greve em nossa última assembleia não significa que estejamos desmobilizados. Muito pelo contrário, estamos empenhados



em mobilizar nossa categoria e todo o corpo social da UFRJ em defesa da universidade e de nossos direitos”, disse a presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, na abertura do Conselho de Representantes do sindicato, nesta quinta-feira (11). Ela apresentou as propostas de engajamento para o ato do dia 19, que será unificado. O Sintufrj já foi convidado e a assembleia do DCE Mário Prata de terça-feira (9) aprovou a participação dos



estudantes na manifestação.

Para divulgar o ato e garantir a maior presença possível de docentes, técnicos e estudantes, a AdUFRJ criou uma campanha de comunicação com o mote “Eu amo a UFRJ” em suas plataformas e redes sociais. Foram con-

feccionados adesivos, plásticos para veículos, panfletos, bottons e camisetas. De 15 a 18 de abril estão previstas panfletagens nos restaurantes universitários e nas unidades da UFRJ. Todo o material da campanha pode ser solicitado pelo e-mail adufrj@

adufrj.org.br.

O sindicato também estimula a instalação de comitês locais para mobilização dos docentes. No CR, foram sistematizadas algumas propostas, como a realização de um debate multicampi, em maio, sobre a situação orçamentária da UFRJ e das IFES. O professor Luiz Wagner Biscaíno, representante da Politécnica, sugeriu uma agenda de encontros, dentro e fora da UFRJ, nos quais as várias unidades possam mostrar à população o que é produzido de conhecimento na universidade. “Precisamos reconquistar a sociedade e mostrar a importância da UFRJ”, defendeu o professor.



SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

O clima foi tenso e o resultado, expressivo. Convocados para decidir se entravam em greve no dia 15 de abril, os professores da UFRJ disseram um sonoro não. Foi a maior assembleia do país, com 914 docentes registrados nos livros de presença. Realizada na sexta-feira, 5, durante seis horas em três campi, a votação ocorreu em urna. Ao todo, 860 professoras e professores votaram. Mais de 60% rejeitaram a paralisação por tempo indeterminado, proposta pelo Andes, com data prevista para 15 de abril. Com placar de 546 a 272, os docentes expressaram que acham precoce iniciar um movimento grevista sem que as negociações com o governo tenham sido esgotadas. Houve, ain-

da, 38 votos nulos e quatro brancos. A decisão da UFRJ foi seguida pelas outras universidades federais do Rio de Janeiro: a Rural (UFRRJ), a Fluminense (UFF) e a UniRio, que também rejeitaram a greve já em assembleias ocorridas nos últimos dias.

A assembleia da UFRJ foi multicampi. Aconteceu simultaneamente no Fundão, na Praia Vermelha e em Macaé. “O resultado demonstrou que a diretoria da AdUFRJ está alinhada à maior parte dos docentes da universidade”, resumiu a professora Mayra Goulart, presidenta da AdUFRJ, que enfrentou severas críticas pessoais e profissionais durante a condução da mesa diretora do Fundão.

Nos informes das unidades, ficou claro que a greve pode ser um instrumento de pressão a ser avaliado em um segundo momento, mas que parar a universidade por tempo indeterminado nesse momento seria um ato precipitado, que afastaria a opinião pública e geraria prejuízos principalmente aos estudantes.

Apesar de serem contra a greve, os docentes expressaram o desejo de ampliar ações de mobilização e de defesa da universidade. “Há um ponto de consenso sobre a necessidade de mobilização dos professores de Macaé para a construção da greve”, pontuou a professora Camila Souza, do Centro Multidisciplinar.

“Fizemos reunião presencial e consulta on line aos docentes do Centro de Tecnologia. Apenas 11,3% optaram por aderir integralmente à proposta do Andes”, informou o professor Ricardo Medronho, da Escola de Química. “Entre os contrários à greve, 51% querem manter um estado de mobilização com nova assembleia em maio ou junho para reavaliar o cenário”, argumentou. O modelo de votação adotado pela diretoria foi por cédulas depositadas em urnas abertas nos três locais de assembleia, das 12h às 16h. A pergunta “Você é a favor da deflagração da greve a partir de 15 de abril, conforme proposta do Andes?” foi baseada em circular enviada pelo sindicato nacional.

Os primeiros momentos da assembleia multicampi foram marcados por falhas na som da Praia Vermelha – por cerca de uma hora os docentes de lá não ouviam os outros campi – e por grande tumulto gerado por um grupo de professores que exigia que a votação em urna amplamente divulgada pela diretoria aos sindicalizados e não sindicalizados, fosse mudada para votação em plenário ao fim dos debates. A diretoria garantiu que o processo não fosse modificado.

“A votação ter começado na hora foi o que garantiu a maior votação do Brasil e um grupo de docentes infelizmente tentou fazer com que dois terços dos professores não tivessem possibilidade de expressar sua opinião”, critica o professor Pedro Lagerblad, do Instituto de Bioquímica Médica.

“Eu esperava que a diretoria não conduzisse a discussão com esse reducionismo, com cédula”, rebate a professora Selene Alves, do Instituto de Matemática. Não é uma questão de ‘sim ou não?’

MAIOR ASSEMBLEIA DOCENTE DO PAÍS DIZ NÃO À GREVE NA UFRJ

Tensão. Esse é o substantivo que resume as seis horas de assembleia da AdUFRJ na sexta-feira, 5. Na Praia Vermelha, problemas técnicos no áudio potencializaram as desavenças políticas. Parte dos docentes favoráveis à greve tentou reagendar a assembleia ao perceber que não ganharia a votação. O microfone chegou a ser retirado da mesa conduzida pelas professoras Nedir do Espírito Santo e Verônica Damasceno.

O mesmo grupo, depois, exortou os colegas ao voto nulo diante dos problemas de som e por discordarem da pergunta da cédula. No Fundão, sucessivas questões de ordem citando o regimento da AdUFRJ, gritos e agressões verbais atrasaram o início do debate. Os fatores somados fizeram muitos docentes abandonarem o encontro antes do começo da votação.

“Mas conseguimos dois pontos positivos: conseguimos garantir o direito ao voto dos docentes e fizemos a maior assembleia do país, com mais de 900 assinaturas nos livros de presença e 860 votos”, resume Rodrigo Fonseca, diretor da AdUFRJ e coordenador da Mesa da Assembleia em Macaé, local em que assembleia transcorreu com menos tensão.

DEBATE

O ambiente só acalmou após duas horas do início da reunião, após as falas dos representantes do Andes, do Sintufrj e do DCE Mário Prata. Em seguida, falaram os docentes sorteados para o debate.

Vice-presidente da seção sindical, Antonio Solé argumentou que a greve atinge sobretudo os estudantes. “Tivemos greves que nos permitiram ganhos, mas outras num contexto político que gerou muitos prejuízos”,



FOTOS: ALESSANDRO COSTA, FERNANDO SOUZA E JOÃO LAET



disse, ao lembrar da greve de 2015.

Alessandra Nicodemos, da Faculdade de Educação, protestou contra a pergunta da cédula. “Não concordamos com a pergunta, mas queremos contribuir de fato com um processo de mobilização. Nós votaremos nulo”

Docente do Instituto de Economia, Marta Castilho se posicionou contra a greve. “Minha fala se baseia numa experiência de que as últimas greves da UFRJ foram de esvaziamento, e isso tem forte impacto sobre nossos estudantes”, disse. “Nossos alunos, hoje, dependem



mais da universidade”, afirmou.

Cristina Miranda, aposentada do Colégio de Aplicação, reconheceu que a UFRJ não tem condição de deflagrar greve em

15 de abril. “Infelizmente não temos mobilização suficiente para uma greve, mas poderíamos aprovar um dia de paralisação das atividades no dia 15, para marcar a mobilização nacional”, sugeriu.

Do Instituto de Física, o professor Felipe Rosa destacou a pujança da UFRJ neste início de ano letivo. “A universidade está cheia como não a víamos desde 2019. Vamos esvaziar a universidade de novo? Não vamos parar de forma açodada”, pediu Felipe, ex-vice presidente da AdUFRJ.



RODRIGO FONSECA
Diretor da AdUFRJ e professor do NUPEM/Macaé

Para os professores de Macaé, a assembleia foi muito importante. Cerca de 20% do corpo docente de Macaé teve oportunidade de participar das discussões. Foi a primeira assembleia multicampi desta diretoria e tivemos alguns problemas técnicos que serão trabalhados para que não se repitam em outras ocasiões. Apesar dos problemas, o saldo com certeza foi positivo. Tivemos uma assembleia bastante representativa. Em Macaé, todos que se inscreveram tiveram fala e se expressaram livremente. No país, as universidades estão divididas sobre a greve, o que demonstra que a nossa avaliação, de que a greve neste momento é precipitada, está correta. Seguiremos em mobilização.



SELENE ALVES
Professora do Instituto de Matemática

Falo como professora que exerce a docência há 47 anos nesta instituição. Essa era uma assembleia vital para que discutíssemos nossas condições de trabalho, de carreira, infraestrutura e o que fazer diante desse cenário. Ao invés disso, a diretoria optou por uma cédula. Quando vi aquele cenário de desunião, de fragmentação, eu fiquei consternada e pedi que a discussão fosse restabelecida dentro de parâmetros republicanos. Faltou muita tolerância. Houve truculência por parte da diretoria e também da oposição. O antagonismo existe, a luta política é legítima, mas não foi isso que aconteceu ali. Vimos comportamentos inomináveis em que todos perdem.



PEDRO LAGERBLAD
Professor do Instituto de Bioquímica Médica

Fizemos a maior assembleia do país em números absolutos e em percentual de votantes em relação à categoria. Precisamos pensar que dois terços dos professores se recusaram a entrar no debate, mas tinham posição e foram votar. Houve estratégia coordenada de um grupo para apresentar uma série de questões de ordem. Uma orquestração com objetivo de tumultuar a assembleia. Houve profunda misoginia por parte de quem atacou a mesa e que foi normalizada por muitos dos presentes. Uma postura inaceitável. Aquilo não pode se repetir. Lamento não termos discutido encaminhamentos e me parece que isto se deu por conta da dinâmica da assembleia, o que é um prejuízo.



MARTHA WERNECK
Professora da Escola de Belas Artes

Meu curso de Pintura vive situação muito precária. Estou em péssimas condições de trabalho. Eu fui até a assembleia para ouvir, para entender sobre as negociações, para discutir se é realmente o momento de parar ou se a greve pode fortalecer o discurso da extrema direita. Mas eu saí ainda confusa, pois não deram o espaço necessário à representante no Andes. A mesa não informou nada aos sindicalizados. Houve questionamentos por conta de desrespeitos ao regimento. Percebi autoritarismo da mesa, que inviabilizou outras construções da luta. Não admito ser chamada de golpista. Saí triste, sem vontade de voltar. Me senti desrespeitada.



BRUNO SOUZA DE PAULA
Professor do Instituto de Física

Houve muita agressividade das pessoas, muitos ataques graves à mesa, que acabou respondendo de forma também ruim. A questão das falhas do som acabou contribuindo para acirrar os ânimos. Decidi ir embora e voltar depois só para votar porque minha opinião já estava formada e aquela discussão não geraria nenhuma informação nova para mim. A assembleia multicampi é uma ideia legal, mas para assuntos delicados como esse talvez fosse melhor ser virtual, porque dá possibilidade de mais pessoas participarem e menos espaço para o clima agressivo. Desrespeito não fortalece o coletivo.



GREVE PELO BRASIL: 23 FEDERAIS APROVAM; 43 REJEITAM OU ENTRAM EM MOBILIZAÇÃO

APROVARAM GREVE A PARTIR DO DIA 15

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFARM
INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
UNIV. FED. DE CAMPINA GRANDE - UFCG - CAJAZEIRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
CEFET MG
CEFET RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE

JUIZ DE FORA - UFJF
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

REJEITARAM GREVE A PARTIR DO DIA 15

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
UNIVERSIDADE FED. DE CAMPINA GRANDE - UFCG - PATOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFRS
UNIVERSIDADE FED. DO VALE DO S. FRANCISCO - UNIVASP
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT
UNIVERSIDADE FED. DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
UNIVERSIDADE FEDERAL DE S. PAULO - UNIFESP
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

INDICATIVO SEM DATA / MOBILIZAÇÃO/ ESTADO DE GREVE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO R. DE JANEIRO UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - UFSJR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INT. LATINOAMER. - UNILA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
UNILAB - UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA CAMPUS DOS MALÉS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INDICATIVO DE GREVE PARA MAIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS

IRÃO REALIZAR ASSEMBLEIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN (16/04)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS - UFT (17/04)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE (17/04)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL (26/04)

Governo avalia projetos de reestruturação da carreira

> Propostas do Andes/Sinasefe e do Proifes são bem diferentes e já foram apresentadas ao MGI e ao MEC. Andes quer unificar carreira do magistério superior e do EBTT. Proifes é contra a unificação

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Com a disposição do governo de abrir negociações específicas com os diferentes segmentos do Serviço Público Federal — e uma das prioridades, já anunciada, será a da mesa setorial da área de Educação — cresce a importância das propostas de reestruturação da carreira docente. Neste momento, o governo tem em mãos dois projetos elaborados por entidades representativas dos trabalhadores, e o mínimo que se pode dizer é que eles são diametralmente diferentes.

Um deles é fruto de uma articulação entre o Andes e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e propõe o fim da divisão entre docentes do magistério superior e do EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), com a criação da carreira única de professor federal. “Superamos divergências de fundo para apresentar uma proposta unificada ao governo e esperamos que agora a negociação avance”, relata o coordenador-geral do Sinasefe, David Lobão.

Já a proposta apresentada pelo Proifes-Federação mantém a separação entre magistério superior e EBTT e prevê reajustes em 2024, 2025 e 2026, de forma que no último ano do atual governo a malha salarial cumpra com o Piso Salarial Nacional (Lei 11.378/2008). “Vamos buscar a recomposição das perdas salariais, reajuste digno e reestruturação da carreira para que os professores e professoras sejam valorizados e respeitados”, afirma o presidente do Proifes, Wellington Duarte.

PONTOS “INDISSOCIÁVEIS”

Em 21 de março passado, Andes e Sinasefe protocolaram a proposta unificada de reestruturação da carreira (tabelas ao lado) junto ao MEC e ao MGI. “Identificamos que o governo se escorou em nossas divergências para não avançar nas negociações, iniciadas ainda nas mesas temporárias de 2023. E decidimos unir forças para avançar”, recorda David Lobão. A proposta unificada tem sete pontos considerados “indissociáveis”:

■ Estruturação da malha salarial com 13 níveis, com exclusão das classes. A progressão para o 13º nível se dá pelos mesmos critérios dos níveis anteriores, com todos os docentes podendo progredir até o topo da carreira, independentemente da titulação. A diferença percentual entre cada nível e o imediatamente anterior, denominado STEP, será de 5% em cada regime de trabalho, sem redução salarial, contemplando a recomposição das perdas inflacionárias e a discussão sobre o piso.

■ O ingresso na carreira do magistério federal (unindo magistério superior e EBTT) se dará exclusivamente por concurso público de provas e títulos, sendo que todos iniciam no nível 1 (Graduado). Quem tiver ou passar a possuir o título de especialista, mestre ou doutor terá o

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CARREIRA
Titular	Único	13	PROFESSOR FEDERAL
Associado	4	12	
	3	11	
	2	10	
Adjunto	1	9	
	4	8	
	3	7	
Assistente	2	6	
	1	5	
	4	4	
Auxiliar	3	3	
	2	2	
	1	1	
	4		

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA DO EBTT

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CARREIRA
Titular	Único	13	PROFESSOR FEDERAL
D V	3	12	
	2	11	
	1	10	
D IV	S	9	
D III	4	8	
	3	7	
	2	6	
D II	1	5	
	4	4	
	3	3	
D I	2	2	
	1	1	
	4		

direito à aceleração da progressão.

■ Isonomia das retribuições por titulação entre os regimes de carga horária de 20 horas, 40 horas e 40 horas com dedicação exclusiva, tendo como referência o regime de carga horária de 40 horas com dedicação exclusiva.

■ Estender aos docentes da carreira do EBTT a dispensa do controle de frequência que hoje contempla apenas professores do magistério superior.

■ Reabertura de janela de adesão para as demais carreiras existentes, inclusive as extintas e atípicas, para a carreira EBTT e MS (Lei nº 12.772/2012), corrigindo o tempo que o docente ficou sem progressão e ou promoção.

■ Revogação de instrução normativa baixada durante o governo Bolsonaro, em 2022, que impacta as progressões nas carreiras e impede o pagamento de parcelas retroativas referentes à progressão funcional.

■ Oferecer a possibilidade de migração de servidores do Ministério da Defesa que assim desejarem para outras Instituições Federais de Ensino.

■ A proposta também reivindica a revogação da portaria 983/20, que estabelece o tempo mínimo de 14 horas dedicadas ao ensino para docentes de EBTT, enquanto para o magistério superior são 8 horas.

CRÍTICAS

A proposta do Andes e do Sinasefe vem recebendo críticas na área acadêmica. Para o professor Pedro Lagerblad, titular do IBqM e ex-diretor da AdUFRJ, a proposta é antiquada e ignora os avanços conquistados nas universidades federais durante décadas. “A ideia de dividir a carreira em níveis diferenciados, que com o tempo a pessoa vai galgando, não é nova. Nós já deixamos isso para trás há muito tempo quando estabelecemos referências acadêmicas de progressão, com um sistema que é baseado em avaliações qualitativas a cada período. Pode ter seus defeitos, que devem ser corrigidos, mas tem referenciais mais pontuais, como a titulação”, diz Pedro.

O professor acredita que a proposta é um retrocesso. “Eu tenho dificuldade de entender como alguém pode hoje questionar a questão da titulação na universidade, que tem como uma de suas funções precípuas exatamente a de conferir títulos às pessoas atestando a sua capacidade. Isso não é uma burocracia”, afirma. “Um título tem um conteúdo, representa uma qualificação, uma passagem de estágio”, completa.

A universidade não utilizar as titulações nas suas progressões como uma referência básica é, segundo Lagerblad, um recuo no tempo. “Um recuo a uma época em que não havia um sistema de pós-graduação estabelecido no país. Temos que olhar daqui para frente, fazer desenvolvimentos a partir desse modelo, e não jogar o modelo inteiro fora e recuar para algo que estava nos anos 1960, que não mais funciona, que era uma progressão pura e simplesmente por tempo de serviço”.



FERNANDO SOUZA

PROJETO DO PROIFES PREVÊ NOVA ‘CLASSE DE ENTRADA’

As diferenças entre as propostas do Andes e do Proifes são acentuadas pelo diretor de Assuntos Educacionais do Magistério Superior do Proifes, professor Geci Silva. “A gente entende que uma carreira única do professor federal não é possível, porque temos especificidades previdenciárias diferentes para os professores do magistério superior e do ensino básico. O Andes propõe uma carreira em 13 níveis, com progressões de dois em dois anos, o que daria 26 anos no total. Essa carreira fica muito longa, prejudicando a aposentadoria dos docentes. Não há necessidade de estender a carreira por tanto tempo”, avalia o professor.

Geci também observa que o docente de magistério superior começa a trabalhar seis anos depois das outras carreiras. “Para prestar concurso público tem que fazer dois anos de mestrado e quatro de doutorado, pois os concursos exigem o doutorado. E sem direito a contagem de tempo para a aposentadoria, e isso é uma luta da ANPG. Por isso defendemos a carreira com 19 anos, como é hoje. Está muito bem”.

Ao longo das duas últimas semanas, o Jornal da AdUFRJ pediu insistentemente esclarecimentos ao Andes sobre o projeto de carreira proposto, mas não teve retorno até o fechamento desta edição.

REAJUSTES

A proposta apresentada pelo Proifes projeta reajustes em 2024 (9,39%), 2025 (6,82%) e 2026 (6,82%). “Nossa proposta estipula que nossa carreira tem que cumprir o piso nacional do professor

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA (PROPOSTA PROIFES)

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
CLASSE	NÍVEL	CLASSE	NÍVEL
E/Titular	1/U	E/Titular	U
D/DIV	4	D/DIV	4
	3		3
	2		2
	1		1
C/DIII	4	C/DIII	4
	3		3
	2		2
B/DII	1	Classe de Entrada (3 anos)	1
	2		U
	1		

da educação básica, que hoje é de R\$ 4.580,57. Mas hoje o salário do professor 40 horas graduado é de R\$ 3.583,26. Ou seja, precisaríamos de um reajuste de 34,22% para que a nossa carreira atual cumprisse o piso nacional do professor. Com os reajustes propostos, em 2026 esse piso ajustado seria de R\$ 4.954,34”.

ENTRE OS PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA ESTÃO:

■ Manter o tempo mínimo da carreira atual (Lei 12.772/2012) para chegar à classe E, com denominação de professor titular, em 19 anos.

■ Retirar a restrição da obrigatoriedade do doutorado para promoção à classe D, com denominação de professor associado, na carreira do magistério superior.

■ Extinguir as classes A/DI e B/DII e criar uma nova classe de três anos, provisoriamente chamada de “Classe de Entrada”, que passaria a ser a nova entrada nas carreiras.

■ Três anos é o tempo necessário para finalizar o estágio probatório, e na carreira atual o docente doutor chega na posição C/DIII, nível 1, em três anos através da aceleração da promoção. Os docentes das carreiras que estão nas classes A/DI e B/DII serão reequadrados na classe C/DIII, nível 1, caso já tenham finalizado o estágio probatório, e, caso contrário serão reequadrados na “Classe de Entrada” e terão promoção à classe C/DIII, nível 1, ao finalizar o estágio probatório.

De acordo com o professor Geci Silva, o projeto de reestruturação da carreira do Proifes pode representar um novo tempo para a educação superior no país. “Acha-mos que é uma proposta viável, temos atuado politicamente para viabilizá-la. Apresentamos não só ao governo, mas também à Andifes. Com essa proposta nós conseguiremos reduzir nossas perdas até 2026. Vamos buscar apoio para ela na mesa específica. Hoje temos uma carreira empobrecida, incapaz de atrair e de reter a inteligência e o talento necessários para o avanço da qualidade da educação no país”, diz Geci.

Nota de repúdio à notícia sobre a redução do valor das bolsas de extensão publicada no Jornal da ADUFRJ

As conselheiras e os conselheiros abaixo-assinados vêm à público repudiar a notícia com informações inverídicas e/ou equivocadas publicada no Informativo da ADUFRJ número 1314, de 28 de março de 2024.

Começamos por esclarecer que a votação pela extinção das bolsas nas modalidades IV e V no valor de 1.100 e 1.400 reais, respectivamente, não foi decidida por “10 votos a 7”, como informado por um dos conselheiros do Conselho de Extensão Universitária (CEU), mas, na sessão ordinária do CEU Nº 90, realizada em 06 de novembro de 2023, por unanimidade. Segue trecho referente a essa votação, conforme registrado na ata:

“A conselheira SELENE MAIA propôs a exclusão das bolsas de extensão IV e V, com valor de R\$1.100,00 e R\$1.400,00, respectivamente, descritas no item 2.2, tendo em vista a proposta de inserção das ações afirmativas na extensão e a limitação do orçamento. A profa. ANA INÊS SOUSA esclareceu que “no último edital, só foram pedidos pelos programas 4 bolsas em cada modalidade (IV e V). Hoje, na prática, temos somente 8 bolsistas com essas modalidades. Revertendo o valor da bolsa para R\$700,00, podemos duplicar o número de bolsistas contemplados hoje”. A profa. IVANA BENTES esclareceu que, antigamente, os coordenadores recebiam uma cota e poderiam compor as bolsas juntando os valores, e destacou que, tendo em vista esse momento de restrição orçamentária, é complicado manter as modalidades IV e V. Os conselheiros presentes concordaram de forma unânime com a exclusão das modalidades de bolsa IV e V”.

Na sessão ordinária do CEU Nº 94, realizada em 26 de fevereiro de 2024, o conselheiro titular da Associação de Pós-Graduandos (APG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Douglas da Silva Fortunato, insatisfeito com a decisão supracitada, mesmo tendo votado a favor anteriormente, e com o aval da presidenta do Conselho (que se posicionou de forma contrária na sessão Nº 90), sugeriu que a votação sobre a continuidade dessas bolsas

fosse retomada. A presidenta do CEU dedicou a sessão inteira para reverter uma decisão votada por unanimidade, atrasando por consequência a publicação do Edital PROFAEX 2024, até que, um número significativo de conselheiras(os), indignadas(os) com a atitude da presidenta, decidiram sair da reunião tornando-a sem quórum para decisões deliberativas.

Na sessão ordinária do CEU Nº 95, realizada em 11 de março de 2024, a presidenta do CEU novamente recolocou o debate das modalidades das bolsas IV e V e colocou em votação a possibilidade de revisão da decisão anterior. Nesta sessão, finalmente, a resposta da(s) conselheiras(os) foi pela rejeição, com 10 (dez) votos contra e 07 (sete) a favor. Ou seja, votamos contra a revisão de uma decisão unânime entre as(os) conselheiras(os) presentes na sessão ordinária do CEU Nº 90. Tal decisão foi motivada pelos seguintes fatos:

- O orçamento do Edital PROFAEX 2024 é igual a de 2023, o que acarreta um grande déficit de bolsas, comprometendo a permanência dos estudantes na UFRJ;

- As bolsas com maior valor, por óbvio, reduzem o número de bolsas de extensão e, em decorrência, haveria um retrocesso na promoção de atividades extensionistas que se inserem nas modalidades programas, projetos, cursos e eventos, voltadas para as diversas áreas do conhecimento, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, dentre outras; Os estudantes de graduação não podem acumular bolsas, enquanto a Portaria CAPES Nº 133, de 10 de julho de 2023, regulamentou o acúmulo de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado concedidas pela Capes com atividade remunerada ou outros rendimentos.

A notícia publicada no informativo 1314 afirma ainda que “houve uma tentativa de excluir os estudantes de pós-graduação do edital”. Esclarecemos que não houve essa tentativa, uma vez que as bolsas de valor maior nunca foram destinadas exclusivamente a estudantes

de pós-graduação. No Edital PROFAEX nas últimas edições, as bolsas de maior valor foram destinadas apenas a modalidade de programa, e poderiam ser atribuídas, indistintamente, a estudantes de graduação ou pós-graduação.

A afirmação do estudante Gabriel Guimarães Batista, secretário geral da APG e representante titular da APG no Conselho Universitário, de que “extensão é trabalho” causou enorme espanto às conselheiras e aos conselheiros que assinam essa nota, pois vai de encontro às resoluções que regulamentam a extensão universitária. A Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018, que regulamenta as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimento o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2013 estabelece, no Art. 3º, que:

“A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Por sua vez, o documento intitulado Política Nacional de Extensão Universitária aprovado no âmbito do Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX) e publicado em maio de 2012, estabelece como um dos seus objetivos:

Reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade*.

Além do exposto é indispensável destacarmos o texto intitulado “Carta Manifesto”, lido na sessão ordinária do CEU Nº 95, no qual denunciemos as improbidades administrativas

da presidenta do CEU, que vêm ocorrendo já algum tempo, corporificadas inicialmente pela transgressão à obediência do cumprimento do Regimento do CEU e culminando com a conduta intransigente da mesma de não acatar as deliberações deste conselho. “Neste contexto, destacamos que o **COMPORTAMENTO DA PRESIDENTA DO CEU, pode comprometer irremediavelmente a aprovação do Edital PROFAEX 2024** e, dessa forma, contribuir de fato para a **CASSAÇÃO DOS DIREITOS DOS ESTUDANTES**”.

Ficamos igualmente surpresas(os) pelo fato do referido jornal não ter acessado as atas do CEU, bem como, ter apenas consultado conselheiros que defendem uma posição neste debate, omitindo, assim, argumentos contrários e impossibilitando seus leitores de construir um olhar crítico sobre o limitado recurso dedicado às bolsas de extensão.

Além disso, comunicamos também que o atraso no Edital Profaex 2024, previsto para se encerrar em dezembro de 2023, não se deu por “divergências entre conselheiros”, mas por insistência da presidenta do CEU em aprovar, de forma açodada, um edital com vários problemas. Cientes da nossa responsabilidade enquanto conselheiras(os) optamos por debater temas cruciais como critérios de avaliação e de distribuição de bolsas, visando a igualdade de direitos das propostas que concorrem neste edital e a transparência de todo o processo.

Diante do exposto, manifestamos novamente nossa perplexidade com a conduta inapropriada da direção da ADUFRJ, por não ter consultado outras(os) conselheiras(os) para verificar as afirmações e não respeitar o princípio do contraditório e da ampla defesa. Exigimos, imediata retratação pela publicação de inverdades sobre a conduta do CEU, que prejudicam a imagem de um Conselho Superior da UFRJ, bem como a publicação desta Nota Repúdio no jornal da seção Sindical, para que seja restabelecida a verdade dos fatos.

Signatárias(os):

1. Aline Caldeira Lopes - Conselheira Suplente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas-CFCH
2. Ana Paula Quadros Gomes - Conselheira Suplente do Centro de Letras e Artes-CLA
3. Camila Rolim Laricchia - Conselheira Suplente do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé
4. Carlos Eduardo da Silva Vieira - Conselheiro Suplente do Centro de Letras e Artes-CLA
5. Fátima Carneiro Fernandes - Conselheira Suplente do Centro de Ciências da Saúde-CCS
6. Fernanda Maria da Costa Vieira - Conselheira Titular do Centro de Filosofia e Ciências Humanas-CFCH
7. Fernanda Santos Araújo - Conselheira Titular do Centro de Tecnologia-CT
8. Guilherme Hissa Villas Boas - Conselheiro Suplente do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza-CCMN
9. Leila Brito Bergold - Conselheira Titular do Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé
10. Luciana da Silva Andrade - Conselheira Titular do Centro de Letras e Artes-CLA
11. Maria Jacqueline Girão Soares de Lima - Conselheira Titular do Centro de Filosofia e Ciências Humanas-CFCH
12. Mariana Trotta Dallalana Quintans - Conselheira Suplente do Centro de Ciências Jurídicas e Econômica-CCJE
13. Patrícia Mallmann Souto Pereira - Conselheira Titular do Centro de Ciências Jurídicas e Econômica-CCJE
14. Rafael Navarro Costa - Conselheiro Titular da Representação dos Técnico-Administrativos-TAE
15. Renata Lucia Baptista Flores - Conselheira Titular da Representação dos Docentes de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT/Cap)
16. Raquel Fernandes Monteiro - Conselheira Suplente da Representação dos Técnico-Administrativos-TAE
17. Selenne Alves Maia - Conselheira Titular do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza-CCMN
18. Thadia Turon Costa da Silva - Conselheira Titular do Centro de Ciências da Saúde-CCS
19. Ulisses Dias da Silva - Conselheiro Suplente da Representação dos Docentes de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT/Cap)

JORNADA DO CONHECIMENTO

> Evento de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural mobilizou mais de 5 mil alunos e quase três mil professores da universidade, com apresentação de 4.463 trabalhos

KELVIN MELO E RENAN FERNANDES
comunica@adufrrj.org.br

Um circuito de produção de desejo, de afeto em torno da pesquisa, que entendendo como o mais importante da universidade. O estudante se vê como pesquisador, como produtor de conhecimento”. Assim o professor Bernardo Oliveira, da Faculdade de Educação, definiu a 45ª Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC). Entre os dias 8 e 12, o evento mobilizou 2.886 docentes orientadores de 5.539 alunos de todas as áreas do conhecimento.

A mistura de ansiedade e euforia em torno dos 4.463 trabalhos apresentados tomou conta dos três locais de que sediaram o evento: o Salão Nobre do Fórum de Ciência e Cultura, a Inovateca da Cidade Universitária e o Centro Multidisciplinar de Macaé. “É realmente estimulante. Faça questão de participar todo ano para entrar em contato com essa atmosfera de curiosidade, aprofundamento, dessa relação

JICTAC EM DOSE DUPLA

Além da JICTAC realizada esta semana, a UFRJ terá mais uma edição em outubro deste ano, dentro da Semana de Integração Acadêmica (SIAC). A excepcional “dose dupla” atende a uma exigência do CNPq e ajusta o calendário interno da universidade para que o evento volte a acontecer no segundo semestre letivo daqui em diante.

A agência de fomento determina que as universidades beneficia-

entre professor e estudante”, acrescentou Bernardo.

Muitos são os docentes que despertaram ou consolidaram a vocação acadêmica a partir da JICTAC. Entre eles, o pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, professor João Torres: “Fiz iniciação científica e foi superimportante para mim. É um dos momentos mais vibrantes da universidade ver esses jovens falando dos trabalhos. Acho emocionante”, disse.

O professor Cesar Augusto, da Faculdade de Farmácia, atuou como avaliador e reforçou o papel formador da Jornada. “A apresentação coloca o aluno em uma posição de exercitar o raciocínio científico. Isso não dá para ensinar apenas em aulas. Chega uma hora que o aluno precisa colocar a mão na massa, aprender a formular hipóteses, a dialogar com outras experiências semelhantes na literatura. O resultado não é o mais importante”, analisou.

Na mesa de abertura, o professor Edson Watanabe, da Coppe, compartilhou um conceito que aprendeu no Japão. “Quando você dá aula, está formando; mas quando você orienta — e se

RAIO-X DA JICTAC

4.463 trabalhos aprovados

2.886 professores orientadores

5.539 estudantes

1.012 bolsistas PIBIC-CNPq

1.012 bolsistas PIBIC-UFRJ

90 bolsistas PIBITI-UFRJ

30 PIBIC-Af (ações afirmativas)

116 PIBIC-EM (ensino médio)

for um bom orientador — você cria. O conceito é criar um pesquisador que sai andando com as próprias pernas”, afirmou.

A reportagem circulou pelas duas sedes da Jornada no Rio e tudo indica que o conceito está sendo bem aplicado. Um exemplo foi o trabalho “Conhecimento, representações e práticas frente à vacinação anti-HPV de jovens universitários”, apresentada pelas estudantes de Enfermagem Ágatha Christie Oliveira e Gabriela Taulois. A pesquisa é financiada pela Faperj e desenvolvida pelo grupo Saúde Sexual e Reprodutiva dos Grupos Humanos, coordenado pela professora Ana Beatriz Azevedo Queiroz, da Escola de Enferma-

gem Anna Nery.

Na primeira fase do trabalho, o grupo coletou dados por meio de formulário de 223 estudantes do Centro de Ciências da Saúde. “Espera-se que os alunos da área da saúde tenham uma conscientização maior sobre a vacina, mas nossos dados mostram que não é bem assim”, alertou Ágatha.

A professora Ana Beatriz destacou a relevância da pesquisa e a importância de reforçar as campanhas de prevenção entre estudantes e profissionais da área da saúde. “É um olhar de cuidado para os discentes da universidade. O HPV é uma infecção sexualmente transmissível (IST) que tem uma incidência significativa na adolescência e juventude e poder trazer repercussões futuras com diversos tipos de cânceres, entre eles o câncer de colo do útero. Verificamos como nós, profissionais da saúde, temos falhas no nosso próprio cuidado. Prescreve para o outro, mas não olha para si”, advertiu. “A universidade precisa cada vez mais promover a saúde estudantil”.

OLHAR AGUÇADO

Duas obras que dividem o título “Beasts of no nation” chamaram a atenção de Jhonny Mattos, do oitavo período de Defesa e Gestão Estratégica Internacional. O estudante decidiu investigar a relação entre as obras artísticas homônimas: o álbum do músico nigeriano

Fela Kuti, de 1989, e o filme do diretor Cary Fukunaga, lançado pela Netflix em 2015, sobre os meninos-soldados guerrilheiros no continente africano.

Mattos desenvolveu uma análise do discurso. “O álbum do Fela Kuti tinha um motivo político, de luta contra um governo corrupto e repressivo. O objetivo era diluir o medo por meio da música para gerar uma revolução”, explicou. Já o filme deturpa e invisibiliza a mensagem da música do jazzista nigeriano. “A vulgarização da violência entre menores de idade no filme não traz a ideia proposta na música. O exército nigeriano criticado por Kuti é retratado como ajuda humanitária no filme”, concluiu.

A professora Adriana Marques, do Instituto de Relações Internacionais e Defesa, orientou o estudante na pesquisa e relacionou o trabalho com o conceito de “Guerra híbrida”. “Jhonny fez uma analogia com o livro do antropólogo brasileiro Piero Leirner, que fala sobre essa doutrina militar, muito utilizada pela extrema-direita. É uma ideia de guerra de informações”, contextualizou a docente.

Quem não pôde acompanhar trabalhos como os de Ágatha, Gabriela e Jhonny na edição desta semana — mais restrita em função do aperto orçamentário da UFRJ (leia mais no texto abaixo) — terá nova oportunidade em outubro, na 46ª JICTAC, para mais uma festa do conhecimento. Até lá!

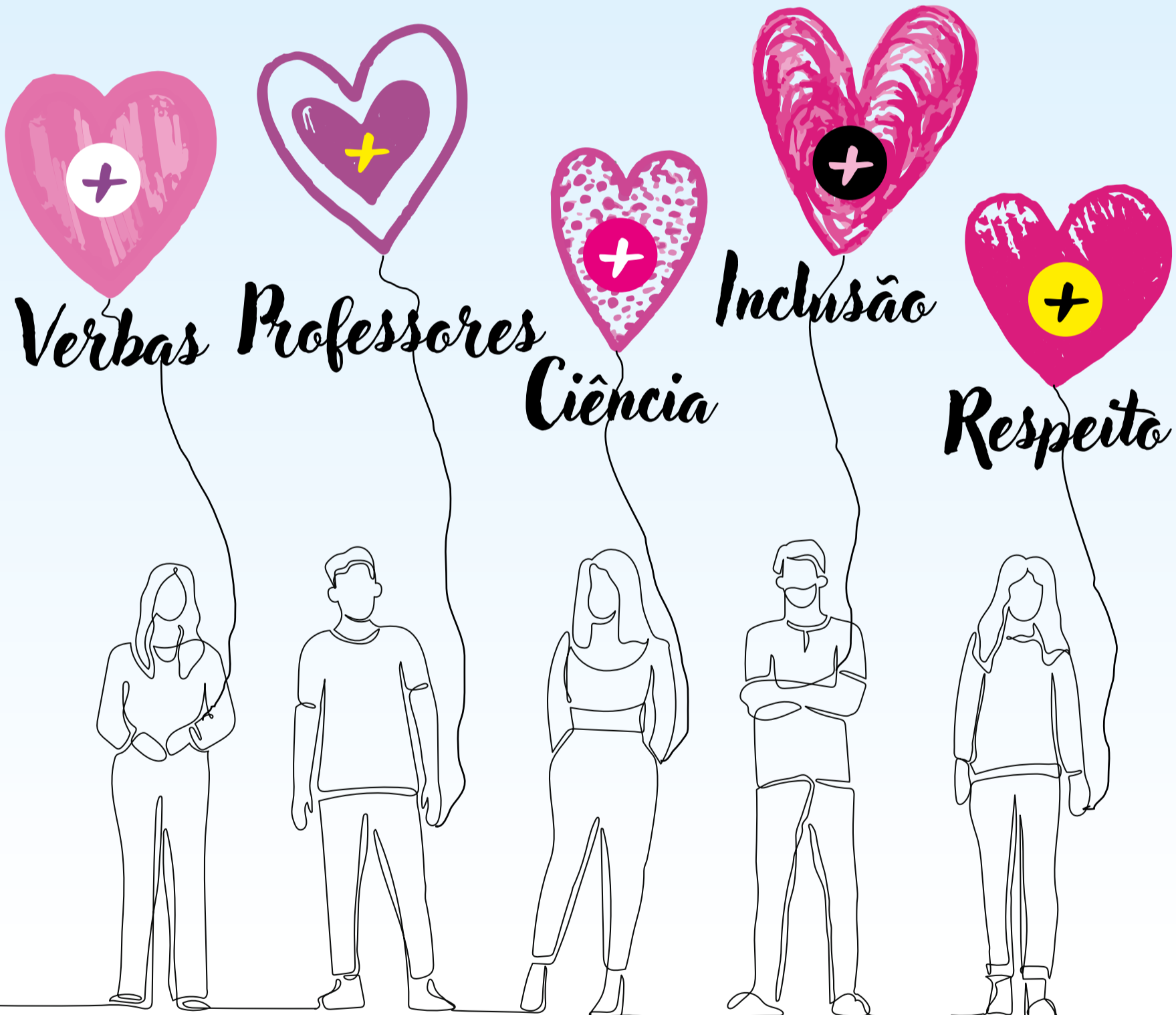
bolsista é potencial bolsista para o próximo ciclo”.

A crise orçamentária da UFRJ obrigou a reitoria a concentrar a JICTAC em apenas três locais. Em condições normais, seriam necessárias 30 ou 40 salas. A medida causou transtornos. “Já na segunda, tivemos que barrar quem não estava diretamente envolvido no Jornada. A Inovateca sobrelotou”, lamentou Felipe.

A metade que não é

EM A UFRJ

A UNIVERSIDADE DO BRASIL PRECISA DE NÓS



ATO PÚBLICO | 19/04 | 10H
ESCADARIAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA
AV. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS, 375 - CENTRO

AdUFRJ
PROFESSORES DA UFRJ